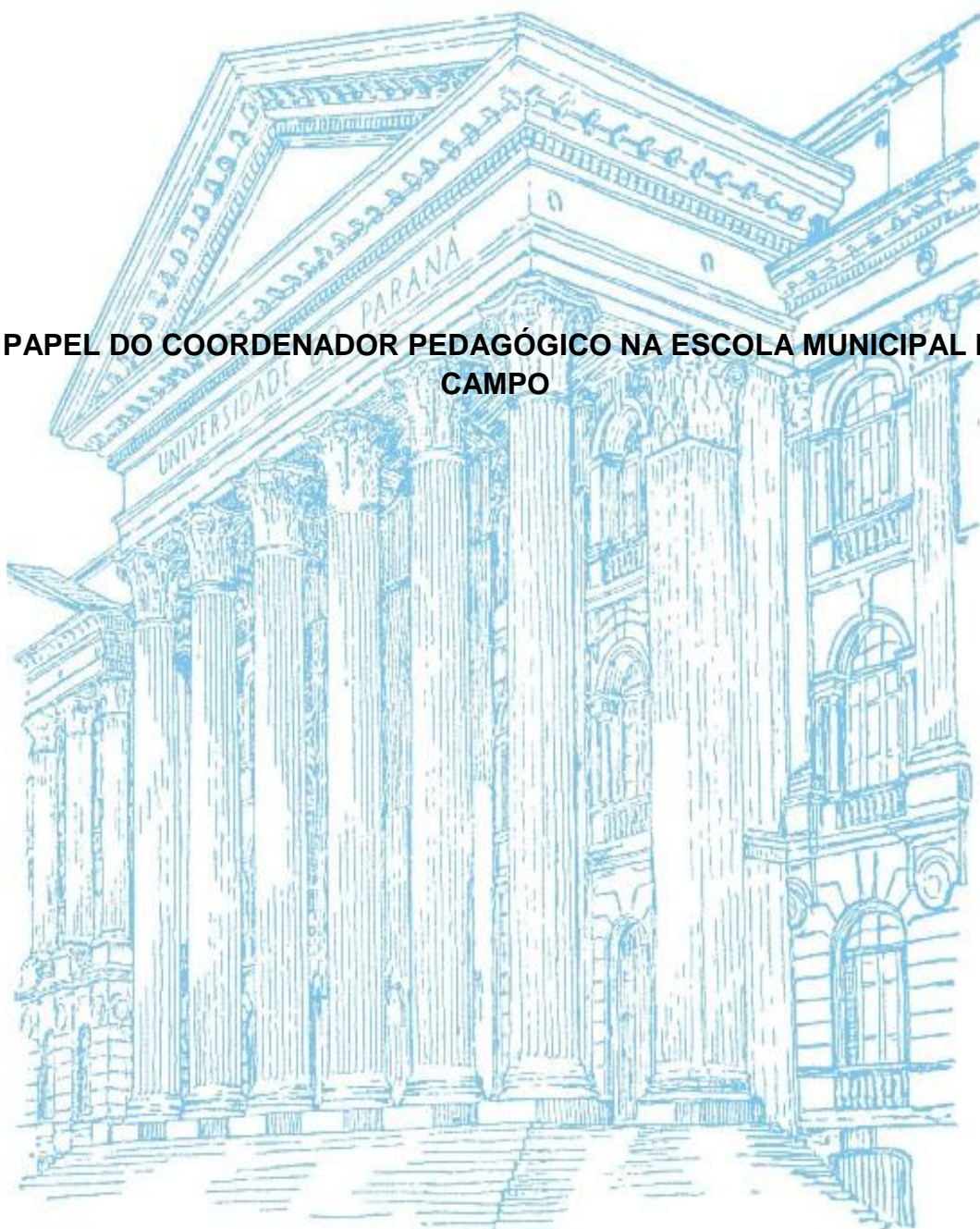


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO**

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ANA CATARINA BARBOSA BLESSA PEGORARO

**O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA ESCOLA MUNICIPAL DO
CAMPO**



**CURITIBA
2014**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ANA CATARINA BARBOSA BLESSA PEGORARO

**O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA ESCOLA MUNICIPAL DO
CAMPO**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Ma. Adriana Teles de Souza

CURITIBA
2014

O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO

Autora: PEGORARO, Ana Catarina Barbosa Blessa ¹

Orientadora: SOUZA, Adriana Teles de ²

RESUMO

Este artigo tem como propósito realizar uma reflexão sobre o papel do coordenador pedagógico na educação atual no contexto do campo, no município de Barbosa Ferraz, no Paraná, cuja realidade é peculiar. Apresenta-se tendo como princípio a realidade da escola e como referencial teórico a Gestão Democrática do Ensino, a compreensão do processo histórico da Educação Brasileira no que se refere ao papel do Coordenador Pedagógico; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, nº 9394; as Instâncias Colegiadas, as Propostas Pedagógicas norteadas no Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar da Escola Municipal do Campo.

Palavras-chave: Escola do Campo; Coordenador Pedagógico; Instâncias Colegiadas; Gestão Democrática.

INTRODUÇÃO

Quando pensamos em escola, hoje, logo nos vem em mente os desafios que ora se apresentam no contexto educacional, evidenciando assim, não só o trabalho docente, em sala de aula, mas o papel do coordenador pedagógico enquanto profissional que está entre o pedagógico e as contradições que envolvem família e comunidade como um todo.

Nesse sentido, podemos compreender que o coordenador está envolvido em dimensões mais amplas e não somente no pedagógico, que não só focaliza o

¹ Formada em Geografia pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, docente da Educação Infantil Municipal e Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal do Campo de Ensino Fundamental do Distrito de Barbosa Ferraz. Pós-Graduada do Curso de Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal do Paraná.

² Mestra em Educação e Professora Pesquisadora do Curso de Coordenação Pedagógica do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

interior das escolas, mas outros espaços e demandas essenciais à concretização do saber na sala de aula, bem como, além de suas paredes.

Nesse sentido, a partir da análise da realidade, o trabalho apresentado, tem como objeto de estudo: O Papel do Coordenador Pedagógico, mais especificadamente na Escola Municipal do Campo de Barbosa Ferraz, Paraná.

“O pedagogo ou coordenador pedagógico ao longo da história da educação ocupou diferentes posições e funções no contexto escolar” (SAVIANI, 2012, p. 4), e na atualidade, este não tem uma identidade muito clara quanto a sua função, acaba sendo um ‘faz tudo’, o que pode fragilizar sua profissionalidade.

São muitas as funções que a escola acumulou ao longo dos anos, fazendo com que, muitas vezes, o objetivo do coordenador, que é a mediação dos saberes acumulados historicamente, bem como a orientação do processo de ensino e aprendizagem, fique em defasagem.

Partindo de constatações no campo estudado, ou seja, na Escola Municipal do Campo em questão, sobre a falta de clareza nas funções a serem exercidas pelo coordenador, tanto por parte dos docentes quanto do próprio coordenador e diante de tantos objetivos a cumprir na escola, e dentro de uma realidade que se apresenta pautada em uma Gestão Democrática³, busca-se no contexto da pesquisa, em seus documentos norteadores e nos dados coletados, as indagações e dúvidas que nortearam a pesquisa, na tentativa de compreender qual a função do coordenador pedagógico dentro da escola.

Diante disto, procura-se um referencial para uma compreensão mais ampla do que vem a ser o trabalho do Coordenador, bem como sua importância no contexto escolar.

No intuito de conhecer melhor a realidade pesquisada, busca-se retratar este contexto.

A Escola Municipal do Campo de Barbosa Ferraz oferta ensino fundamental nas séries iniciais possui poucos alunos e, em sua maioria, desfavorecidos econômica e emocionalmente, dentro de uma grande diversidade cultural. A diretora é a Secretária da Educação do Município, a coordenadora não está presente o

³ Termo que, embora não se restrinja ao campo educacional, faz parte da luta de educadores e movimentos sociais organizados em defesa de um projeto de educação pública de qualidade social e democrática.

tempo todo, pois atende os dois turnos de funcionalidade da escola em dias alternados.

O corpo docente é formado por cinco professores, sendo que, todos residem na zona rural, possuem idade média entre trinta e cinco e cinquenta anos, tendo experiência média em docência de doze anos. São todos concursados, com formação específica no Magistério. Os funcionários são todos escolarizados a nível médio e fundamental, todos nascidos e residentes nesta localidade.

A escola municipal funciona em um prédio em dualidade com o estado e município.

Depois de constatado um perfil de profissionais que se questionam quanto à função do coordenador pedagógico e resistem quanto ao trabalho coletivo com diretividade por parte da coordenação, identificou-se a necessidade de compreender melhor esta realidade.

Nesse sentido, o problema foi delimitado na falta de compreensão do papel da Coordenação Pedagógica neste contexto, ou seja, como é compreendida esta função, tanto pela própria coordenação pedagógica, quanto pelos professores na perspectiva da Gestão Democrática.

Assim, explicitar a função do Coordenador Pedagógico, tendo como parâmetro a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, o Regimento Escolar da escola pesquisada e principalmente os dizeres dos sujeitos pesquisados, aportando-se à Gestão Democrática Escolar e o Projeto Político Pedagógico como um referencial de concepções da escola, além dos fundamentos teóricos de referenciais pertinentes.

Tudo isso porque se pressupõe que a falta de uma compreensão ampla da função individual dos profissionais envolvidos no contexto e a necessidade de um diálogo mais amplo a respeito da temática na perspectiva da Gestão Democrática pode ser o motivo das dificuldades evidenciadas. O que se foi investigado durante o processo de pesquisa.

Procurando estudar e compreender o papel do coordenador pedagógico na Escola Municipal do Campo, a abordagem metodológica escolhida foi o da pesquisa exploratória, com o aporte de referencial teórico, tendo como unidade de análise a problemática observada com relação ao trabalho do coordenador pedagógico.

Segundo “a Ciência se faz quando o pesquisador aborda os fenômenos aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando em fundamentos

epistemológicos” (SEVERINO, 2007, p.100), e nesse sentido a pesquisa exploratória, visa conhecer o problema, torná-lo explícito, envolver levantamento bibliográfico; entrevistas com envolvidos e análises.

Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas. Esse material-fonte geral é útil não só por trazer conhecimentos que servem de background ao campo de interesse, como também para evitar possíveis duplicações e/ou esforços desnecessários; pode, ainda, sugerir problemas e hipóteses e orientar para outras fontes de coleta. (LAKATOS, 2003, p. 174).

A princípio, a coleta de dados foi realizada por meio dos instrumentos da observação e depois da entrevista, pois houve a necessidade de conhecer melhor a realidade, visto que a problemática não pode ser respondida por intermédio de fontes documentais, mesmo se fazendo necessária para auxiliar a compreensão.

Assim, a pesquisa se realiza dentro de uma abordagem qualitativa, considerando que há uma relação dinâmica entre o contexto e o aporte teórico estudado, além de um vínculo indissociável entre o que é o objetivo da mesma e a subjetividade de cada entrevistado.

Enquanto artigo de revisão de literatura, a caracterização dos dados foi realizada por meio das categorias, **Realidade da Escola e Realidade na Escola**.

Quando se cita a categoria ‘Realidade da Escola’, subtende-se toda a Concepção acerca da Gestão Democrática e da construção e efetivação do Projeto Político Pedagógico.

Refere-se a ‘Realidade na Escola’ os dados concernentes ao papel da Coordenação Pedagógica propriamente dita o que especifica a realidade pesquisada.

A entrevista foi realizada com planejamento prévio, por meio de um roteiro organizado, igualmente para todos, apontando para a temática. Todas as respostas elencadas pela direção, coordenação pedagógica, os cinco professores e duas funcionárias da escola, foram registradas pela pesquisadora no momento da pesquisa, acreditando que estes são relevantes para o estudo e compreensão do papel do coordenador pedagógico no contexto pesquisado.

A entrevista foi realizada individualmente, para não incorrer em obter respostas que pudessem causar alguma situação desagradável no ambiente.

Os dados da entrevista foram assim dialogando com a teoria abordada no aporte teórico selecionado, ou seja, concomitantemente, os dados foram sendo analisados com a revisão de literatura.

Tais subsídios teóricos foram baseados em estudos de leis nacionais, estaduais e municipais, como a Constituição de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, Regimento Escolar da Escola Municipal do Campo aprovada em 2008 e autores como Gadotti (2004); Libâneo (2001); Melo (2009); Lakatos (2003); Lima (2007), Santos (2007); Neri (2011); Saviani (2012); Veiga (2002); Severino (2007).

Foi levada em consideração a Resolução nº196/1996, do Conselho Nacional de Saúde, que adverte sobre a necessidade de os sujeitos observados serem informados a respeito dos objetivos do trabalho e que estejam de acordo em colaborar.

A presente pesquisa '**O Papel do Coordenador Pedagógico na Escola Municipal do Campo**' foi organizada por itens.

No primeiro momento, subsidiando o trabalho escolar, apresenta-se a concepção de Gestão Democrática Escolar, situando a escola na atualidade, nos parâmetros e conquistas realizadas com relação à educação.

Reforçando este modelo de Gestão, se esclarece a importância da democratização a partir da participação de toda comunidade escolar em todas as suas instâncias, o que denominamos de Instâncias Colegiadas.

Dando procedimento, apresenta-se o histórico da profissão de pedagogo ou coordenador Pedagógico, bem como suas conquistas e seu papel na escola de acordo com documentos oficiais.

Paralelamente, registram-se as considerações dos sujeitos envolvidos na realidade da Escola Municipal do Campo, que atende o ensino fundamental, séries iniciais, em um distrito do município de Barbosa Ferraz no estado do Paraná.

Assim, pontua-se a função do Coordenador Pedagógico dentro do que lhe é proposto em sua profissão e analisa-se a realidade apresentada na escola pesquisada.

1 O CONTEXTO EDUCACIONAL E O TRABALHO PEDAGÓGICO

Pautada em dados qualitativos coletados no contexto escolar e em literaturas pertinentes, numa abordagem metodológica exploratória acerca da **‘Realidade da Escola e da Realidade na Escola’**, procurou-se subsídios para a compreensão do papel do Coordenador Pedagógico. Neste contexto, porém, antes de entrar diretamente na temática do Coordenador Pedagógico, se faz necessário à contextualização da escola, como um subsistema do estado, uma compreensão do contexto escolar da atualidade, ou seja, conhecer como está organizada a escola e quais são as concepções que permeiam a educação dentro dos referenciais escolares atuais.

1.1 Gestão Democrática Escolar

Parte-se do princípio da Gestão Democrática Escolar que tem sua origem entre os anos 70 e 80, com uma reforma educacional vinculada a um modelo econômico mais liberal, pois, todas as políticas públicas no Brasil são orientadas por interesses econômicos, inclusive as educacionais.

No processo histórico da sociedade, na tentativa de organizá-la, as relações de poder “deixaram marcas de práticas e teses autoritárias no processo educacional” (MELO, 2009, p. 243), ou seja, a escola, por longa data, ficou apenas a serviço do Estado.

Nestes moldes, a educação tornou-se massificadora, tendo como sua intenção, apenas preparar mão de obra para o trabalho, ou seja, que a escola situou-se dentro de uma concepção de,

[...] administração empresarial, produzindo-se em relação ao currículo, bem como ao modo de organizar a escola e avaliar o desempenho dos professores e alunos, experiências que permitiram identificar de modo mais generalizado e, também, de modo mais particular, a tendência em curso [...] (TAQUES; FANCK; et al. 2014, p. 166).

Com o fim do período da **Ditadura**⁴ o Estado descentralizou o poder e passou a delegá-lo às pessoas mais próximas do processo (mesmo que este poder fosse bem limitado e atrelado ao sistema), e para que a educação realmente fizesse sentido, os indivíduos necessitavam participar dos processos decisórios e solução de problemas, em prol do bem coletivo.

⁴ Período em que o poder, no Brasil, esteve apenas ligado a uma instância, o Exército.

Depois de muitas reivindicações e mudanças políticas na sociedade, houve a inclusão da Gestão Democrática Escolar na Constituição Federal de 1988, que traz a seguinte redação, “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI – gestão democrática do ensino público, na forma da Lei”. (BRASIL, 1988, Art. 206, p. 35).

Conseqüentemente, na década de 90, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conhecida como LDB 9394 de 1996, que prevê,

Art. 3º: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.
Art. 14: Os sistemas de ensino definirão as normas da Gestão Democrática [...]
I – participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica;
II – participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.
Art. 15: Os sistemas de ensino assegurarão às escolas progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. (BRASIL, 1996, p. 10, 15,16).

Para ressaltar essas mudanças para a educação e conseqüentemente para a gestão escolar, temos a seguinte afirmação,

A busca pela gestão democrática na escola veio se concretizar quando ocorreu a descentralização do poder do diretor, criou-se Conselhos Escolares, com eleição direta dos dirigentes e a autonomia das escolas na construção do Projeto Político Pedagógico. (ALMEIDA, 2008, apud NERI, 2011, p. 2).

Para compreendermos melhor esta afirmação, precisamos ter claro o que vem a ser Conselho Escolar, que é um grupo responsável pela gestão da escola, juntamente com a direção, sendo representado por vários segmentos da comunidade escolar, como professores, funcionários, pais e alunos. Também é conhecido como órgão colegiado, porque envolve representatividade de toda comunidade escolar, cabe a estes,

[...] deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola, além de participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico; analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões; acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação, como prevê a legislação. (BRASIL, 2014, p. 01).

Conforme referido, a construção do Projeto Político Pedagógico foi muito significativa para a democratização da Gestão Educacional, e por isso, precisamos conhecer o que vem a ser este projeto e o que significa para a escola.

No concerne à compreensão do que seja uma Gestão Democrática Escolar, apresentam-se as concepções dos sujeitos do contexto pesquisado.

Para a Direção da escola, Gestão Democrática “é um processo pelo qual toda a comunidade escolar participa”. (DIREÇÃO DA ESCOLA, 03/06/2014). Segundo o Coordenador Pedagógico “é uma abertura para que todos os envolvidos no processo escolar possam estar discutindo na tomada de decisões.” (COORDENADOR DA ESCOLA, 12/06/2014). Os Docentes definem-na como “uma participação mais ativa dos envolvidos com o processo escolar.” (DOCENTES DA ESCOLA, 06/06/2014). E para os Funcionários “um direito a participar de reuniões na escola.” (FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA, 12/06/2014).

Reportando-nos à LDBEN 9394/96, em seu artigo 3º que trata dos fundamentos da Gestão Democrática temos a seguinte redação “Gestão Democrática do ensino público na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino” (LDBEN, 2014, p. 10). Porém, na prática, não se têm claro a definição, percebe-se principalmente entre os pais, de um modo geral, que pouco se questiona, e alguns nem têm consciência do que seja de fato democracia.

É importante que o gestor tenha claro que as políticas educacionais são políticas públicas oriundas de um contexto histórico, político, econômico, cultural, entre outros, e que sua efetivação se dá a partir de tensões, dificuldades e possibilidades intrínsecas a um processo democrático.

1.2 Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico consiste em um documento construído coletivamente no contexto escolar que visa retratar o histórico da instituição escolar e sua demanda na comunidade; as concepções do coletivo quanto à educação, ressaltando o marco referencial geral que mostra a visão do ser humano, de sociedade, de mundo e seus afins; apresentar os pressupostos teóricos da escola; traçar metas administrativas e pedagógicas; além de apresentar a proposta curricular, ou seja, o que a educação dentro daquele contexto visa alcançar,

mostrando sempre sua intencionalidade e suas necessidades dentro do contexto escolar.

Para explicitar o conceito de Projeto Político Pedagógico temos a concepção de que,

[...] no sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação. (FERREIRA, 1998, p.1.144).

Nesse sentido, podemos conceber como Projeto Político Pedagógico, a própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo, pois,

A escola que consegue elaborar e executar, num trabalho cooperativo, seu projeto político-pedagógico dá mostras de maturidade de sua equipe, de bom desenvolvimento profissional de seus professores, da capacidade de liderança da direção e de envolvimento de toda comunidade escolar. (LIBÂNEO, 2001, p. 152-153).

É preciso entender que o Projeto Político Pedagógico é caracterizado como ação consciente e organizada, devendo romper com o isolamento dos diferentes segmentos da instituição educativa, buscando sempre uma participação democrática, possibilitando a capacidade de problematizar e compreender as questões postas pela prática pedagógica.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico, tendo como perspectiva uma inovação emancipatória, é um processo onde todos os segmentos que compõem a comunidade escolar participam e tem o compromisso de acompanhar as decisões que a instituição irá seguir.

Assim, a responsabilidade dos acertos e erros no caminhar da escola, passa a ser não somente da direção e equipe pedagógica, mas de toda comunidade escolar. Mas é importante que se entenda de maneira clara como se concebe o Projeto Político Pedagógico, ressaltando que é através deste que se permite potencializar o trabalho colaborativo e o compromisso com objetivos comuns dentro da escola.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, comum compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses

reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. (VEIGA, 2002, p. 1).

Nesta perspectiva o Projeto Político Pedagógico requer a abertura de horizontes, retomadas, revisões e compreensão dos conceitos tomados na realidade escolar.

A construção do projeto político pedagógico é um processo dinâmico e permanente, pois continuamente novos atores se incorporam ao grupo, trazendo novas experiências, capacidades e necessidades, assim como novos interesses e talentos, exigindo que novas frentes de trabalho se abram. É um eterno diagnosticar, planejar, repensar, começar e recomeçar, analisar e avaliar. (VILLAS BOAS, 1998, p. 182).

Nesta concepção, o Projeto Político Pedagógico é uma das expressões da Gestão Democrática.

Pode-se dizer que um dos marcos para o início da proposta de Gestão Democrática Escolar foi a autonomia proporcionada pelo estado às escolas, para construírem um Projeto Político Pedagógico pautado em cada realidade, ou seja, que expresse as concepções do coletivo escolar, que os objetivos atendam a demanda e que apresente um currículo significativo para aquele contexto, e nesse sentido, articulando e construindo espaços participativos, que, além de demonstrar a realidade da escola, aponte para o que se pretende com ela.

Durante as entrevistas na Escola Municipal do Campo, sobre a efetivação da Gestão Democrática no contexto, sobre a participação da comunidade escolar se constatou que os profissionais divergem em suas opiniões.

Para a Direção, “a gestão democrática acontece nos diferentes âmbitos da escola, ou seja, a comunidade escolar está sempre envolvida”. (DIREÇÃO DA ESCOLA, 03/06/2014). A Coordenação Pedagógica relata que “tudo acontece no coletivo, tanto as decisões como a efetivação das mesmas, assim a gestão democrática é uma realidade na escola”. (COORDENADOR DA ESCOLA, 12/06/2014). Os Funcionários disseram, “sempre fomos convidados para participarmos das reuniões referentes à escola.” (FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA, 12/06/2014). Já os Docentes, relatam que “algumas decisões são tomadas sem consultas, muitas vezes são baseadas em outras realidades do município, sendo a nós apenas comunicado por meio de reuniões. Os pais não possuem muita

consciência da importância de sua participação e envolvimento na escola, depositam nela todos os seus anseios e acreditam que o que for feito, será sempre o melhor.” (DOCENTES DA ESCOLA, 06/06/2014).

[...] um programa de gestão, deve abranger toda a comunidade, inclusive nos processos de elaboração, devendo a mesma estar integrada com a ação, pois, assim, se caminhará para a construção de uma organização mais humana e equitativa, através da formação de cidadãos críticos. (SILVA JÚNIOR, 2010, p. 3).

Conclui-se que, uma Gestão Democrática deve partir da concepção de que o poder deve ser socializado, no intuito de efetivar a participação de todos os segmentos da comunidade escolar.

1.3 O Professor Pedagogo

Partindo do pressuposto de que [...] “a educação é um ato político” (SAVIANI, 2012, p. 01) o papel do professor passa pela análise do contexto social, assim, se expressa no Projeto Político Pedagógico. Quando buscamos compreender melhor a produção deste Projeto nos deparamos com o professor pedagogo, responsável pela coordenação e apoio deste no estabelecimento de ensino.

O Estado do Paraná, a partir de 2005, concebe a função do professor-pedagogo como responsável pela organização, articulação e operacionalização dos procedimentos didáticos e pedagógicos, bem como do próprio Projeto Pedagógico da escola.

[...] a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996, ao introduzir alguns indicadores visando a formação de profissionais para a educação básica, trouxe novamente o curso de pedagogia à pauta de discussões e, com ele, a questão de sua identidade, desta vez envolvida com novas questões. (SILVA, 2006, p. 76).

Dentro da Gestão Democrática, analisada neste texto, é fundamental, que o coordenador aja como um articulador que realiza mediações, ou seja, [...] “que não fica indiferente, neutro, diante da realidade. Procura intervir e aprender com a realidade em processo.”(GADOTTI, 2004, citado em TAQUES; FANCK; et al. 2014, p. 8), conscientizando os professores que assim também devem se apresentar.

Entretanto, ao assumir a função de articulador desse processo, modificou sua identidade funcional, direcionando sua atenção, ora para atividades de rotina, ora para atividades de organização e planejamento.

Mas nem sempre este profissional foi visto assim, baseado em estudos de Saviani (2012, p. 4) entendemos que o Decreto-Lei 1.190 de 1939 previa uma formação generalista dos pedagogos, ou seja, sem especificações de funções; em 1969, o Parecer do CFE (Conselho Federal de Educação) 252 instituiu habilitações pedagógicas. Estas habilitações classificavam os pedagogos em Administrador Escolar, Inspetor de Ensino, Orientador Educacional, Supervisor Pedagógico e Professor. Nesse sentido, pela própria nomenclatura que o denominava, era visto como um fiscalizador, a inspecionar o trabalho, como gerente em uma empresa, o que lhe causou muitos estereótipos.

Hoje, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) pode atuar nas diferentes áreas nas quais forem previstos conhecimentos pedagógicos.

Tentando aproximar mais da realidade em que estamos inseridos, para ficar mais explícito a ideia da função do professor pedagogo no Paraná, verifica-se no edital nº 10/2007 de seleção para o concurso público a indicação de alguns princípios para participação efetiva do pedagogo na gestão escolar, propostos pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

- [...] Coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Ação da Escola;
- [...] Promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo;
- [...] Participar e intervir, junto à direção, da organização do trabalho pedagógico;
- [...] Sistematizar, junto à comunidade escolar, atividades que levem à efetivação do processo ensino e aprendizagem;
- [...] Participar da elaboração do projeto de formação continuada de todos os profissionais da escola;
- [...] Analisar as propostas de natureza pedagógica a serem implantadas na escola;
- [...] Coordenar a organização do espaço-tempo escolar;
- [...] Orientar a comunidade escolar na proposição e construção de um projeto pedagógico numa perspectiva transformadora. (PARANÁ, 2007, p. 2 e 3).

Assim, podemos resumir a função do professor pedagogo na escola nas seguintes atribuições: implementar e apoiar a efetivação do Projeto Político Pedagógico; incentivar o trabalho, o que inclui a prática, o tempo e o espaço escolar; sistematizar propostas de formação continuada para coletivo escolar; estabelecer

relações entre a escola e a comunidade; avaliar com o coletivo a processo pedagógico, ou seja, participar, direta ou indiretamente, de todos os momentos em que os saberes historicamente acumulados são transmitidos aos sujeitos.

Na oportunidade da entrevista, no contexto escolar pesquisado, quando se pergunta sobre o papel do Coordenador Pedagógico, ou seja, com relação às suas especificidades, ouve-se da Direção, “o Coordenador Pedagógico tem sua atividade bem definida, sendo considerado um ‘braço direito da escola’, tendo autonomia, e sendo respeitado em seu trabalho.” (DIREÇÃO DA ESCOLA, 03/06/2014). O Coordenador Pedagógico disse, “a função a mim designada é de difícil execução em sua totalidade, haja vista que a escola ao abarcar para si questões e funções de cunho social, inviabiliza o cumprimento de atividades conceituadas para estes como pedagógicas e primordiais para o cotidiano das escolas.” (COORDENADOR DA ESCOLA, 12/06/2014). Os Docentes, de um modo geral, ressaltam que “o trabalho do setor pedagógico, no que tange ao Coordenador, deixa a desejar, pela ausência na participação mais efetiva no processo pedagógico, envolvimento e diálogo com relação ao direcionamento de algumas atividades que dizem respeito também ao corpo docente.” (DOCENTES DA ESCOLA, 06/06/2014). Os Funcionários da escola relatam que “o coordenador pedagógico participa de tudo, e é respeitado.” (FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA, 12/06/2014).

Pode-se compreender a fala do coordenador pedagógico, sobre seu amplo repertório de atividades, do seguinte modo nas metáforas criadas no contexto escolar para designar o coordenador pedagógico como “bombeiro, bom-bril, salvador da escola”, assim, por diante.

Além destas metáforas, outras aparecem definindo-o como profissional que assume uma função de gerenciamento na escola, que atende pais, alunos, professores e também se responsabiliza pela maioria das “emergências” que lá ocorrem, isto é, como um personagem “resolve tudo” e que deve responder unidirecionalmente pela vida acadêmica da escola. (LIMA e SANTOS, 2007, p.79).

Fazendo um paralelo com o que foi pontuado até aqui, podem-se buscar subsídios para compreender a fala dos docentes quanto ao coordenador em relação ao seu papel:

A coordenação pedagógica em seu sentido estrito, conseqüentemente, não caracteriza-se como dimensão mecânica e centralizadora, definidora da

relação mando-submissão, aliando-se das questões contextuais que inquietam professores, alunos e comunidade; muito pelo contrário, garante o espaço da dialogicidade fortalecendo a vitalidade projetiva do agrupamento de atores sociais, atendendo as perspectivas da comunidade extra-escolar na luta por uma educação de qualidade e primando pela superação dos obstáculos que inviabilizam as ações coletivas. (LIMA e SANTOS, 2007, p.83-84).

Também, compreende-se, que “as relações de poder na escola e nesta direção, como uma liderança pedagógica centralizadora, inviabiliza o desenvolvimento de intervenções significativas no saber-fazer escolar”. (LIMA e SANTOS, 2007, p. 2)

Entende-se que o papel do Coordenador Pedagógico, na realidade pesquisada, ainda não está muito claro para o mesmo e para seus pares.

1.3.1 O Papel do Coordenador Pedagógico na Escola Municipal do Campo na perspectiva da Gestão Democrática

Conforme constatado no estabelecimento pesquisado, na Escola Municipal do Campo do Distrito de Bourbônia no município de Barbosa Ferraz, Paraná – Ensino Fundamental, anos iniciais, o professor pedagogo é denominado, coordenador pedagógico, sendo,

[...] responsável pela coordenação e implementação no estabelecimento de ensino das Diretrizes Curriculares definidas no Projeto Político–Pedagógico e no Regimento Escolar, em consonância com a política educacional e orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação. (ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO DE BARBOSA FERRAZ, Regimento Escolar, 2008, p. 06).

Deste modo, esse profissional compõe a Equipe Pedagógica. Nas relações existentes dentro da escola, sejam elas entre alunos, professores ou pais, o Coordenador Pedagógico atua, para que a proposta pedagógica, pensada e estruturada de forma coletiva, seja implementada de forma significativa no processo de ensino aprendizagem.

Na tentativa de efetivar uma Gestão Democrática, as atividades coletivas, visando uma maior participação da comunidade escolar, são realizadas com programações antecipadas através de reuniões, onde o coordenador, juntamente

com a direção realiza a socialização de assuntos de interesses redundante com a comunidade escolar.

Enquanto mediador na construção de uma prática pedagógica que precisa ter a contribuição de todos os componentes atuantes na escola, o Coordenador Pedagógico age, no intuito de realizar intervenções para tentar resolver as inquietações de seu grupo de trabalho, partindo da realidade, identificando as necessidades tanto dos professores quanto dos alunos, de modo a promover reflexões e dar significado às atividades, contextualizando-as socialmente à escola.

Sendo assim, compreende-se a Coordenação Pedagógica [...] “como uma assessoria permanente e continuada ao trabalho docente” [...] (LIMA e SANTOS, 2007, p. 79). Ou seja, estar atento ao trabalho docente, não como alguém que cobra e fiscaliza, mas como um referencial de apoio, desde o planejamento até a avaliação, fornecendo subsídios e trocando experiências para que os professores estejam sempre se atualizando profissionalmente, promovendo debates que possam melhorar o processo educativo.

Nesse sentido, ao Coordenador Pedagógico não cabe mais uma concepção diferente, a qual reforça a fragmentação das relações de trabalho e também a secundarização do trabalho pedagógico.

Mas sim, o Coordenador Pedagógico precisa buscar um equilíbrio em suas atribuições devido à importância do trabalho pedagógico para a escola, deixando claro que todos são responsáveis pelo processo de ensino aprendizagem. Portanto, ele deve construir seu perfil profissional e delimitar sua atuação.

O pedagogo se perdeu em sua função nos últimos tempos, visto que,

[...] o coordenador pedagógico não sabe quem é e que função deve cumprir na escola. Não sabe que objetivo persegue. Não tem claro quem é o seu grupo de professores e quais são suas necessidades. Não tem consciência de seu papel de orientador e diretivo. Sabe elogiar, mas não tem coragem de criticar. Ou só critica, e não instrumentaliza. Ou só cobra, mas não orienta. (BARTMAN 1998, citado em NERI, 2011, p.4).

Concordando com o autor, esse fato pôde ser identificado após as mudanças propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (1996) onde houve a superação da generalização da profissão de Pedagogo, que a dividia em distintas funções.

[...] campo teórico-prático dotado de um acúmulo de conhecimentos e experiências resultantes de séculos de história [...] e que ainda, tais conhecimentos [...] se dilatam em múltiplas e reiterativas referências de linguagem [...], o que resultou, dentro da escola, para o pedagogo, uma retomada na construção de sua identidade, pois, do contrário por não ter claro o seu papel [...], [...] acompanha o ritmo ditado pelas rotinas ali arraigadas. (LIMA e SANTOS, 2007, p. 80).

Nesse enfoque temos um novo olhar para o coordenador pedagógico, no sentido de resgatar a intencionalidade de suas ações, dando mais sentido ao trabalho; sendo um agente transformador, explorando a coletividade; superando práticas autoritárias e individualistas; fortalecendo o grupo e evitando conflitos; gerando autonomia e criatividade, deixando de lado os modismos educacionais.

Dentro da escola existe muita diversidade, nesse sentido, o coordenador pedagógico enquanto um mediador procura proporcionar um ambiente em que, todos possam opinar refletir e debater em prol de uma escola que tire do papel todas as propostas que favoreçam a educação, ou seja, é indispensável que o coordenador seja flexível, que realizando sua função contribua para uma educação de qualidade.

O Coordenador Pedagógico é um profissional que deve valorizar ações coletivas dentro da instituição escolar, ações essas que devem estar vinculadas ao eixo pedagógico desenvolvido na instituição. Ele deverá ser articulador dos diferentes segmentos da mesma, na elaboração de um projeto pedagógico coletivo. (LIMA e SANTOS, 2007, p.86).

Na perspectiva da Gestão Escolar Democrática, na referida escola onde realizei minha pesquisa, Escola Municipal do Campo, o Coordenador Pedagógico é escolhido pelo coletivo de docentes, sendo reconhecido como um personagem necessário para tantas responsabilidades emanadas da função.

Na Escola Municipal do Campo, o Coordenador Pedagógico é indicado pela Secretaria de Educação pelos demais docentes do quadro próprio do município, onde se percebe falta de critérios para essa indicação, pois a Direção relata que “é priorizado a formação acadêmica e a postura profissional, ou seja, como este se relaciona no contexto com os demais”. (DIREÇÃO DA ESCOLA, 03/06/2014). O Coordenador Pedagógico acredita que “a escolha é definida pelo perfil profissional.” (COORDENADOR DA ESCOLA, 12/06/2014).

Quanto aos docentes, a fala quase unânime é a de que “nos últimos anos a preocupação é com a formação acadêmica, porém muitos esquecem que só a

formação não é suficiente, pois a abertura ao diálogo e ao relacionamento dentro da escola é imprescindível.” (DOCENTES DA ESCOLA, 06/06/2014).

Os Funcionários não conhecem a realidade, portanto, não opinaram.

Há que se buscar, portanto, um olhar acerca da relevância do trabalho do coordenador pedagógico na escola, mediado pelo equilíbrio de suas atribuições como um dos eixos imprescindíveis às práticas pedagógicas sistematizadas onde cada um e todos se tornam co-responsáveis pelo processo ensino-aprendizagem. (LIMA e SANTOS, 2007, p.81).

Diante de tantos objetivos específicos escolares a cumprir, como os saberes acumulados historicamente, o Coordenador Pedagógico necessita preocupar-se também com a compreensão de como o processo de apropriação deste conhecimento se dá e os fatores que podem dificultá-los, e nisto inclui-se o fator social e afetivo.

Portanto, o Coordenador Pedagógico deve ser alguém capacitado para colaborar na melhoria da aprendizagem, alguém que ambicione o crescimento da escola através da evolução cognitiva dos alunos, que zele pela formação continuada dos professores.

Nesse caso, como agente responsável pela formação continuada de professores, o coordenador pedagógico deve sensibilizar seu saber-fazer de maneira a universalizar as tomadas de decisão, como se tivesse todas as respostas para os encaminhamentos pedagógicos e resoluções de conflitos que inquietam a equipe docente. (LIMA e SANTOS, 2007, p. 78).

O mais importante, é sem dúvidas, demarcar o espaço de atuação para que se possa compreender o papel e as ações da coordenação pedagógica dentro da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como negar a importância do Coordenador Pedagógico no contexto educacional, muito embora suas funções, muitas vezes, ficam perdidas em meio a tantos objetivos a serem cumpridos.

Nesse sentido, o coordenador está frente ao desafio de construir um perfil profissional, delimitar seu espaço de atuação e ressignificar sua prática, superando

então o caráter fragmentado de sua atuação, fortalecendo sua autonomia e colaborando com a formação do grupo, ou seja, construir uma identidade.

O trabalho apresentado **O Papel do Coordenador Pedagógico na Escola Municipal do Campo** que partiu da constatação da dificuldade da compreensão desta função na escola em questão, trouxe para a discussão e pesquisa a necessidade de se repensar o trabalho do coordenador, visto que ele próprio, muitas vezes, se perde em sua função.

Durante a análise das respostas acerca da gestão escolar, se percebe uma concordância com relação às respostas da direção e da coordenação, no entanto, os docentes trazem outra realidade, e os funcionários estão à parte de tudo isso em uma posição de alienação, não só porque se colocam assim, mas porque não há realmente Gestão Democrática nesta escola, visto que não existe uma visão crítica coletiva.

O tema abordado em relação ao papel do pedagogo identificou muito mais que a falta de compreensão das ações deste profissional, mas, revelou que sem uma compreensão ampla da função individual dos profissionais envolvidos neste contexto e sem o diálogo amplo a respeito de uma compreensão de função na perspectiva da Gestão Democrática não tem como avançar em uma realidade, pois, a centralização da gestão impede articulações críticas sobre a realidade estudada.

Conclui-se que todos os envolvidos com a educação, devem ter claro que ao coordenador cabe orientar, mediar, coordenar, promover ações, intervir, sistematizar, participar e analisar o contexto no intuito de ajudar, mas nunca, mandar, exigir e fiscalizar, fatores estes que muitas vezes estão incutidos nas ideologias que um dia foram dominantes e que perduram até hoje pelo olhar de muitos atores da educação, porém isso só é possível quando se tem um espaço democrático, o que precisa ainda ser revisto em todos os âmbitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Conselho Escolar**. MEC. Brasília. 2014. Disponível em <conselhoescolar@mec.gov.br> acesso em 25/05/2014.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 9. ed. São Paulo: 1996.

_____. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Ministério da Educação**, Brasília: 2014. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12384:conselhos-escolares-apresentacao&Itemid=655> Acesso em: 27/05/2014.

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ULISSES GUIMARÃES. **Regimento Escolar.** Barbosa Ferraz: 2008.

GADOTTI, M. Pedagogia da Práxis. In: TAQUES. M. F; FANCK. E; et al. **O Papel do Pedagogo na Gestão: Possibilidades de Mediação do Currículo.** Paraná: Secretaria do Estado de Educação, 2014. Disponível em < <http://www.nre.seed.pr.gov.br/londrina/arquivos/>> Acesso em: 27/05/2014.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, P.G.; SANTOS, S.M. O Coordenador Pedagógico na Educação Básica: Desafios e Perspectivas. **Educere-Educare - Revista da Educação**, São Paulo: v.2, n.4, p.77-90, jul/dez. 2007.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática.** Goiânia: Alternativa, 2001.

MELO, M.T.L. Gestão Escolar. In: FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M. A. **Gestão da Educação: Impasses, Perspectivas e Compromissos.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 243 -254.

NERI, V.S. O Coordenador Escolar e a Gestão Democrática. **WebArtigo**, Salvador: fev. 2011. Disponível em < <http://www.webartigos.com/> > Acesso em: 25/05/2014.

ROSAR, M. F.F. A Dialética entre a Concepção e a Política de Gestão Democrática no Âmbito da Educação no Brasil. In: TAQUES. M. F; FANCK. E.; et al. **O Papel do Pedagogo na Gestão: Possibilidades de Mediação do Currículo.** Paraná: Secretaria do Estado de Educação 2014. Disponível em: <<http://www.nre.seed.pr.gov.br/londrina/arquivos/File/4opapeldopedagogo.pdf>> Acesso em: 27/05/2014.

SAVIANI, D. O Papel do Pedagogo como Articulador do Trabalho Pedagógico na Sociedade do Capital. In: PALESTRA CENTRO ACADÊMICO DE PEDAGOGIA. 2012, Cornélio Procópio: **O Papel do Pedagogo como Articulador do Trabalho Pedagógico na Sociedade do Capital.** Cornélio Procópio: UENP, 08 mar. 2012, p. 1-7. Disponível em: < <http://faficp.br/noticias/2012/1204/n101-040.pdf> > Acesso em: 28/05/2014.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA JÚNIOR. João B. Cenas do Cotidiano Escolar. **WebArtigo**. Jun, 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/22983/1/Cenas-do-CotidianoEscolar>> Acesso em 23/06/2014.

SILVA, C.S.B. **Curso de Pedagogia no Brasil**: história e identidade. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

VEIGA, I.P. A. **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: Uma Construção Possível. 14. ed. São Paulo: Papyrus, 2002.

VILLAS BOAS, B.M.F. **O Projeto Político-Pedagógico e a Avaliação**. In: VEIGA, I. P.A. (org). Escola: espaço do projeto político pedagógico. Campinas - SP: Papyrus, 1998.